



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

Ofício nº 604/2020-P

Brasília, 15 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO ARAS

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

presidencia@cnmp.mp.br

Assunto: Mulheres negras, candidatas e eleitas, vítimas de ameaça e violência

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. [Pesquisa conjunta da Terra de Direitos e Justiça Global](#), que mapeou 327 casos ilustrativos de violência política, aponta que entre 01 de janeiro de 2016 a 01 de setembro de 2020, foram registrados 125 assassinatos e atentados, 85 ameaças, 33 agressões, 59 ofensas, 21 invasões e 4 casos de prisão ou tentativa de detenção de agentes políticos, pré-candidatos, candidatos ou eleitos. Atualização da pesquisa realizada após o dia 1 de setembro mostra que somente entre 2 de setembro a 29 de novembro de 2020, ocorreram 109 casos de violência política e eleitoral, sendo 14 assassinatos, 66 atentados e 29 agressões, ameaças e invasões.
2. Ainda de acordo com a pesquisa, houve um aumento dos atos violentos contra a vida nos últimos anos. De 19 assassinatos e atentados mapeados em 2017, passou-se a 32 em 2019. Em 2020, até 29 de novembro, registrou-se um trágico recorde: 107 casos de assassinatos e atentados contra agentes políticos, um número 5 vezes maior do que o quantitativo de 2017. A pesquisa revelou também que a maior incidência de assassinatos e atentados se deu na esfera municipal - 87% dos casos.
3. Especificamente quanto às mulheres negras eleitas ou candidatas em 2020, [pesquisa do Instituto Marielle Franco identificou](#), em levantamento que entrevistou 142 mulheres negras de 21 estados e todas as regiões do Brasil, de 16 partidos, que 80% das candidatas negras sofreram violência virtual, 60% sofreram violência moral ou psicológica e 50% sofreram violência institucional; 18% das entrevistadas recebeu comentários e/ou mensagens racistas em suas redes sociais, por e-mail ou aplicativos de mensagens, entre outros; ainda, 8% foi vítima de ataques com conteúdo racista durante transmissões virtuais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

4. Dentre as entrevistadas que realizaram algum tipo de denúncia, **70% afirmaram que a denúncia não ajudou no encaminhamento da questão** nem trouxe mais segurança para o exercício da sua atividade político-partidária.
5. Em 8 de dezembro de 2020, completaram-se mil dias que a vereadora Marielle Franco (PSOL/RJ) e o motorista Anderson Gomes foram executados a tiros no Rio de Janeiro. Mesmo com uma longa investigação e a prisão de dois suspeitos, a polícia até agora não esclareceu por que houve o crime e quem mandou matar. Enquanto isso, segue a pergunta “Quem mandou matar Marielle”?
6. Para tratar da persistente e crescente violência contra políticas negras, [no dia 10 de dezembro de 2020, Dia Internacional dos Direitos Humanos, esta presidência promoveu reunião](#), a pedido das organizações civis Terra de Direitos, Criola, Justiça Global e Instituto Marielle Franco, da qual participaram as parlamentares Luiza Erundina (PSOL/SP), Benedita da Silva (PR/RJ), Talíria Petrone (PSOL/RJ) e Áurea Carolina (PSOL/MG), e outras entidades da sociedade civil.
7. Participou do encontro Ana Lúcia Martins (PT), de 54 anos, primeira vereadora negra eleita em Joinville, que sofreu ameaças e foi vítima de racismo. Em um dos textos, publicado no Twitter, o internauta escreve: “Agora só falta a gente matar ela e entrar o suplente que é branco (sic)”. Tramita, em relação a essa e outras postagens, o **Inquérito Policial 0650/2020 – 5044387-57.2020.8.24.0038**, na 1ª Vara Criminal da Comarca de Joinville, sobre racismo, ameaça e injúria racial. Já por e-mail, Ana Lucia recebeu o seguinte texto: “Sua aberração. Macaca, cabelo ninho de mafagafos. Enquanto você ganha um salário de vereadora apenas por ser uma macaca, eu estou desempregado e vivendo de auxílio emergencial. Eu juro, mas eu juro, que vou comprar uma pistola 9mm (...) e vou te matar. Já tenho todos os seus dados e vou aparecer aí na sua casa [endereço]. Depois de meter uma bala na sua cabeça e matar qualquer um que estiver junto com você, vou meter uma bala na minha cabeça”. Sobre esse e outros e-mails, tramita o **IP 84.20.00094**, na 1ª Delegacia de Joinville.
8. Também prestou seu depoimento, na ocasião, Ana Carolina Dartora (PT), primeira vereadora negra eleita em Curitiba. Ela relatou ter sofrido ataques racistas e ameaça de morte nas redes digitais. Em 6/12, recebeu e-mail teor semelhante ao recebido por Ana Lucia: "Sua aberração. Macaca fedorenta, cabelo ninho de mafagafos, enquanto você ganha um salário de vereadora apenas por ser uma macaca, eu estou desempregado, minha esposa está com câncer de mama e estamos vivendo de auxílio emergencial. Eu juro que vou comprar uma pistola 9mm (...) e vou te matar. Eu já tenho todos os teus dados, vou aparecer aí na sua casa. Depois meter uma bala na sua cara e matar qualquer um que estiver junto com você, vou meter uma bala na cabeça. (...)". O agressor também entrou em contato via ligação telefônica. O caso foi registrado mediante o **Boletim de Ocorrência nº 2020/1258134 - NUCEBIR**. Como Ana Carolina manifestou na reunião, “Somos mulheres eleitas e queremos exercer nosso direito. Não quero ser a próxima Marielle, a próxima



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

mártir. Me chamaram de macaca, fedorenta. Não quero sair de Curitiba e me esconder. O mínimo de tranquilidade é o mínimo que o Estado deve nos proporcionar”.

9. Conforme vemos, apesar da repercussão internacional que teve o assassinato de Marielle Franco, a violência contra as mulheres negras cresce à medida em que elas ocupam mais espaços de poder. Tal quadro é tributário do patriarcado, ainda tão presente, e do racismo estrutural embutido na sociedade e nas instituições. Como pontuou a Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL/RJ) na reunião, isso acontece quando mulheres negras ocupam espaços que eram reservados para a elite desde os tempos coloniais.

10. Tal quadro é absolutamente inaceitável do ponto de vista da democracia e dos direitos humanos e **as instituições devem atuar para enfrentá-lo**. É o que dispõem os tratados internacionais.

11. O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos prevê, em seu artigo 25, que todo cidadão terá o direito e a possibilidade, de votar e de ser eleito em eleições periódicas, autênticas, realizadas por sufrágio universal e igualitário e por voto secreto, que garantam a manifestação da vontade dos eleitores. Estabelece, em seu artigo 2.1, **que os Estados Partes do presente pacto se comprometem a respeitar e garantir a todos os indivíduos** que se achem em seu território e que estejam sujeitos a sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer condição.

12. A Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial prevê, em seu artigo II.2, que os Estados Partes tomarão, se as circunstâncias o exigirem, as medidas especiais e concretas para assegurar a proteção de certos grupos raciais ou de indivíduos pertencentes a estes grupos com o objetivo de **garantir-lhes, em condições de igualdade, o pleno exercício dos direitos e das liberdades fundamentais**.

13. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, por sua vez, prevê que os Estados devem **adotar medidas adequadas, legislativas e de outro caráter, com as sanções cabíveis e que proíbam toda discriminação contra a mulher**.

14. Assim, considerando a atribuição prevista no artigo 157, inciso IV, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, de que compete ao Plenário coordenar a implantação de políticas institucionais, solicito adoção urgente de providências ou informação sobre providências adotadas: a) no sentido de coordenar a atuação dos diferentes órgãos do Ministério Público a fim de garantir a efetiva investigação dos crimes contra políticas negras; b) no sentido da proteção imediata dessas políticas, sem prejuízo do exercício de seus mandatos, para salvaguardar suas vidas, de suas integridades físicas e também de seus direitos políticos.

Certo do compromisso de Vossa Excelência com os direitos fundamentais,
Atenciosamente,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Helder Salomão'.

Deputado Helder Salomão

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

Ofício nº 605/2020-P

Brasília, 15 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
ROLANDO ALEXANDRE DE SOUZA
Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal
protocolo.sera.dlog@pf.gov.br
(61) 2024.8000

Assunto: Mulheres negras, candidatas e eleitas, vítimas de ameaça e violência

Senhor Diretor-Geral,

1. [Pesquisa conjunta da Terra de Direitos e Justiça Global](#), que mapeou 327 casos ilustrativos de violência política, aponta que entre 01 de janeiro de 2016 a 01 de setembro de 2020, foram registrados 125 assassinatos e atentados, 85 ameaças, 33 agressões, 59 ofensas, 21 invasões e 4 casos de prisão ou tentativa de detenção de agentes políticos, pré-candidatos, candidatos ou eleitos. Atualização da pesquisa realizada após o dia 1 de setembro mostra que somente entre 2 de setembro a 29 de novembro de 2020, ocorreram 109 casos de violência política e eleitoral, sendo 14 assassinatos, 66 atentados e 29 agressões, ameaças e invasões.
2. Ainda de acordo com a pesquisa, houve um aumento dos atos violentos contra a vida nos últimos anos. De 19 assassinatos e atentados mapeados em 2017, passou-se a 32 em 2019. Em 2020, até 29 de novembro, registrou-se um trágico recorde: 107 casos de assassinatos e atentados contra agentes políticos, um número 5 vezes maior do que o quantitativo de 2017. A pesquisa revelou também que a maior incidência de assassinatos e atentados se deu na esfera municipal - 87% dos casos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

3. Especificamente quanto às mulheres negras eleitas ou candidatas em 2020, [pesquisa do Instituto Marielle Franco identificou](#), em levantamento que entrevistou 142 mulheres negras de 21 estados e todas as regiões do Brasil, de 16 partidos, que 80% das candidatas negras sofreram violência virtual, 60% sofreram violência moral ou psicológica e 50% sofreram violência institucional; 18% das entrevistadas recebeu comentários e/ou mensagens racistas em suas redes sociais, por e-mail ou aplicativos de mensagens, entre outros; ainda, 8% foi vítima de ataques com conteúdo racista durante transmissões virtuais.
4. Dentre as entrevistadas que realizaram algum tipo de denúncia, **70% afirmaram que a denúncia não ajudou no encaminhamento da questão** nem trouxe mais segurança para o exercício da sua atividade político-partidária.
5. Em 8 de dezembro de 2020, completaram-se mil dias que a vereadora Marielle Franco (PSOL/RJ) e o motorista Anderson Gomes foram executados a tiros no Rio de Janeiro. Mesmo com uma longa investigação e a prisão de dois suspeitos, a polícia até agora não esclareceu por que houve o crime e quem mandou matar. Enquanto isso, segue a pergunta “Quem mandou matar Marielle”?
6. Para tratar da persistente e crescente violência contra políticas negras, [no dia 10 de dezembro de 2020, Dia Internacional dos Direitos Humanos, esta presidência promoveu reunião](#), a pedido das organizações civis Terra de Direitos, Criola, Justiça Global e Instituto Marielle Franco, da qual participaram as parlamentares Luiza Erundina (PSOL/SP), Benedita da Silva (PR/RJ), Talíria Petrone (PSOL/RJ) e Áurea Carolina (PSOL/MG), e outras entidades da sociedade civil.
7. Participou do encontro Ana Lúcia Martins (PT), de 54 anos, primeira vereadora negra eleita em Joinville, que sofreu ameaças e foi vítima de racismo. Em um dos textos, publicado no Twitter, o internauta escreve: “Agora só falta a gente matar ela e entrar o suplente que é branco (sic)”. Tramita, em relação a essa e outras postagens, o **Inquérito Policial 0650/2020 – 5044387-57.2020.8.24.0038**, na 1ª Vara Criminal da Comarca de Joinville, sobre racismo, ameaça e injúria racial. Já por e-mail, Ana Lucia recebeu o seguinte texto: “Sua aberração. Macaca, cabelo ninho de mafagafos. Enquanto você ganha um salário de vereadora apenas por ser uma macaca, eu estou desempregado e vivendo de auxílio emergencial. Eu juro, mas eu juro, que vou comprar uma pistola 9mm (...) e vou te matar. Já tenho todos os seus dados e vou aparecer aí na sua casa [endereço]. Depois de meter uma bala na sua cabeça e matar qualquer um que estiver junto com você, vou meter uma bala na minha cabeça”. Sobre esse e outros e-mails, tramita o **IP 84.20.00094**, na 1ª Delegacia de Joinville.
8. Também prestou seu depoimento, na ocasião, Ana Carolina Dartora (PT), primeira vereadora negra eleita em Curitiba, relatou ter sofrido ataques racistas e ameaça de morte nas redes digitais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

Em 6/12, recebeu e-mail teor semelhante ao recebido por Ana Lucia: "Sua aberração. Macaca fedorenta, cabelo ninho de mafagafos, enquanto você ganha um salário de vereadora apenas por ser uma macaca, eu estou desempregado, minha esposa está com câncer de mama e estamos vivendo de auxílio emergencial. Eu juro que vou comprar uma pistola 9mm (...) e vou te matar. Eu já tenho todos os teus dados, vou aparecer aí na sua casa. Depois meter uma bala na sua cara e matar qualquer um que estiver junto com você, vou meter uma bala na cabeça. (...)". O agressor também entrou em contato via ligação telefônica. O caso foi registrado mediante o **Boletim de Ocorrência nº 2020/1258134 - NUCEBIR**. Como Ana Carolina manifestou na reunião, "Somos mulheres eleitas e queremos exercer nosso direito. Não quero ser a próxima Marielle, a próxima mártir. Me chamaram de macaca, fedorenta. Não quero sair de Curitiba e me esconder. O mínimo de tranquilidade é o mínimo que o Estado deve nos proporcionar".

9. Os e-mails, tanto a Ana Lucia quanto a Ana Carolina, foram enviados pelo remetente "Ricardo Wagner Arouxa". O IP 84.20.00094, da 1ª Delegacia de Joinville, constatou que os criminosos utilizaram o provedor da Suíça, o que está dificultando a identificação da autoria.

10. Conforme vemos, apesar da repercussão internacional que teve o assassinato de Marielle Franco, a violência contra as mulheres negras cresce à medida em que elas ocupam mais espaços de poder. Tal quadro é tributário do patriarcado, ainda tão presente, e do racismo estrutural embutido na sociedade e nas instituições. Como pontuou a Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL/RJ) na reunião, isso acontece quando mulheres negras ocupam espaços que eram reservados para a elite desde os tempos coloniais.

11. Tal quadro é absolutamente inaceitável do ponto de vista da democracia e dos direitos humanos e as **instituições devem atuar para enfrentá-lo**. É o que dispõem os tratados internacionais.

12. O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos prevê, em seu artigo 25, que todo cidadão terá o direito e a possibilidade, de votar e de ser eleito em eleições periódicas, autênticas, realizadas por sufrágio universal e igualitário e por voto secreto, que garantam a manifestação da vontade dos eleitores. Estabelece, em seu artigo 2.1, **que os Estados Partes do presente pacto se comprometem a respeitar e garantir a todos os indivíduos** que se achem em seu território e que estejam sujeitos a sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer condição.

13. A Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial prevê, em seu artigo II.2, que os Estados Partes tomarão, se as circunstâncias o exigirem, as medidas



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

especiais e concretas para assegurar a proteção de certos grupos raciais ou de indivíduos pertencentes a estes grupos com o objetivo de **garantir-lhes, em condições de igualdade, o pleno exercício dos direitos e das liberdades fundamentais.**

14. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, por sua vez, prevê que os Estados devem **adotar medidas adequadas, legislativas e de outro caráter, com as sanções cabíveis e que proíbam toda discriminação contra a mulher.**

15. Assim, considerando o disposto no artigo 144, § 1º, I, da Constituição da República, de que compete à Polícia Federal a apuração de outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, solicito adoção urgente de providências ou informação sobre providências adotadas no sentido de investigar ou apoiar a investigação dos ilícitos mencionados. Solicito, particularmente, providências para auxiliar na identificação da autoria dos crimes cometidos com provedor na Suíça, conforme exposto no parágrafo 9 deste Ofício.

Certo do compromisso de Vossa Excelência com os direitos fundamentais,
Atenciosamente,

Deputado Helder Salomão

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

Ofício nº 606/2020-P

Brasília, 15 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Vereador SABINO PICOLO
Presidente da Câmara Municipal de Curitiba
spicolo@cmc.pr.gov.br

Assunto: solicitação de providências – ameaças contra a vereadora eleita Ana Carolina Dartora

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. [Pesquisa conjunta da Terra de Direitos e Justiça Global](#), que mapeou 327 casos ilustrativos de violência política, aponta que entre 01 de janeiro de 2016 a 01 de setembro de 2020, foram registrados 125 assassinatos e atentados, 85 ameaças, 33 agressões, 59 ofensas, 21 invasões e 4 casos de prisão ou tentativa de detenção de agentes políticos, pré-candidatos, candidatos ou eleitos. Atualização da pesquisa realizada após o dia 1 de setembro mostra que somente entre 2 de setembro a 29 de novembro de 2020, ocorreram 109 casos de violência política e eleitoral, sendo 14 assassinatos, 66 atentados e 29 agressões, ameaças e invasões.
2. Ainda de acordo com a pesquisa, houve um aumento dos atos violentos contra a vida nos últimos anos. De 19 assassinatos e atentados mapeados em 2017, passou-se a 32 em 2019. Em 2020, até 29 de novembro, registrou-se um trágico recorde: 107 casos de assassinatos e atentados contra agentes políticos, um número 5 vezes maior do que o quantitativo de 2017. A pesquisa revelou também que a maior incidência de assassinatos e atentados se deu na esfera municipal - 87% dos casos.
3. Especificamente quanto às mulheres negras eleitas ou candidatas em 2020, [pesquisa do Instituto Marielle Franco identificou](#), em levantamento que entrevistou 142 mulheres negras de 21 estados e todas as regiões do Brasil, de 16 partidos, que 80% das candidatas negras sofreram violência virtual, 60% sofreram violência moral ou psicológica e 50% sofreram violência institucional; 18% das entrevistadas recebeu comentários e/ou mensagens racistas em suas redes sociais, por e-mail ou aplicativos de mensagens, entre outros; ainda, 8% foi vítima de ataques com conteúdo racista durante transmissões virtuais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

4. Dentre as entrevistadas que realizaram algum tipo de denúncia, **70% afirmaram que a denúncia não ajudou no encaminhamento da questão** nem trouxe mais segurança para o exercício da sua atividade político-partidária.
5. Em 8 de dezembro de 2020, completaram-se mil dias que a vereadora Marielle Franco (PSOL/RJ) e o motorista Anderson Gomes foram executados a tiros no Rio de Janeiro. Mesmo com uma longa investigação e a prisão de dois suspeitos, a polícia até agora não esclareceu por que houve o crime e quem mandou matar. Enquanto isso, segue a pergunta “Quem mandou matar Marielle”?
6. Para tratar da persistente e crescente violência contra políticas negras, [no dia 10 de dezembro de 2020, Dia Internacional dos Direitos Humanos, esta presidência promoveu reunião](#), a pedido das organizações civis Terra de Direitos, Criola, Justiça Global e Instituto Marielle Franco, da qual participaram as parlamentares Luiza Erundina (PSOL/SP), Benedita da Silva (PR/RJ), Talíria Petrone (PSOL/RJ) e Áurea Carolina (PSOL/MG), e outras entidades da sociedade civil.
7. Participou do encontro Ana Lúcia Martins (PT), de 54 anos, primeira vereadora negra eleita em Joinville, que sofreu ameaças e foi vítima de racismo. Em um dos textos, publicado no Twitter, o internauta escreve: “Agora só falta a gente matar ela e entrar o suplente que é branco (sic)”. Tramita, em relação a essa e outras postagens, o **Inquérito Policial 0650/2020 – 5044387-57.2020.8.24.0038**, na 1ª Vara Criminal da Comarca de Joinville, sobre racismo, ameaça e injúria racial. Já por e-mail, Ana Lucia recebeu o seguinte texto: “Sua aberração. Macaca, cabelo ninho de mafagafos. Enquanto você ganha um salário de vereadora apenas por ser uma macaca, eu estou desempregado e vivendo de auxílio emergencial. Eu juro, mas eu juro, que vou comprar uma pistola 9mm (...) e vou te matar. Já tenho todos os seus dados e vou aparecer aí na sua casa [endereço]. Depois de meter uma bala na sua cabeça e matar qualquer um que estiver junto com você, vou meter uma bala na minha cabeça”. Sobre esse e outros e-mails, tramita o **IP 84.20.00094**, na 1ª Delegacia de Joinville.
8. Também prestou seu depoimento, na ocasião, Ana Carolina Dartora (PT), primeira vereadora negra eleita em Curitiba, relatou ter sofrido ataques racistas e ameaça de morte nas redes digitais. Em 6/12, recebeu e-mail teor semelhante ao recebido por Ana Lucia: “Sua aberração. Macaca fedorenta, cabelo ninho de mafagafos, enquanto você ganha um salário de vereadora apenas por ser uma macaca, eu estou desempregado, minha esposa está com câncer de mama e estamos vivendo de auxílio emergencial. Eu juro que vou comprar uma pistola 9mm (...) e vou te matar. Eu já tenho todos os teus dados, vou aparecer aí na sua casa. Depois meter uma bala na sua cara e matar qualquer um que estiver junto com você, vou meter uma bala na cabeça. (...)”. O agressor também entrou em contato via ligação telefônica. O caso foi registrado mediante o **Boletim de Ocorrência nº 2020/1258134 - NUCEBIR**. Como Ana Carolina manifestou na reunião, “Somos mulheres eleitas e queremos exercer nosso direito. Não quero ser a próxima Marielle, a próxima



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

mártir. Me chamaram de macaca, fedorenta. Não quero sair de Curitiba e me esconder. O mínimo de tranquilidade é o mínimo que o Estado deve nos proporcionar”.

9. Conforme vemos, apesar da repercussão internacional que teve o assassinato de Marielle Franco, a violência contra as mulheres negras cresce à medida em que elas ocupam mais espaços de poder. Tal quadro é tributário do patriarcado, ainda tão presente, e do racismo estrutural embutido na sociedade e nas instituições. Como pontuou a Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL/RJ) na reunião, isso acontece quando mulheres negras ocupam espaços que eram reservados para a elite desde os tempos coloniais.

10. Tal quadro é absolutamente inaceitável do ponto de vista da democracia e dos direitos humanos e **as instituições devem atuar para enfrentá-lo**. É o que dispõem os tratados internacionais.

11. O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos prevê, em seu artigo 25, que todo cidadão terá o direito e a possibilidade, de votar e de ser eleito em eleições periódicas, autênticas, realizadas por sufrágio universal e igualitário e por voto secreto, que garantam a manifestação da vontade dos eleitores. Estabelece, em seu artigo 2.1, **que os Estados Partes do presente pacto se comprometem a respeitar e garantir a todos os indivíduos** que se achem em seu território e que estejam sujeitos a sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer condição.

12. A Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial prevê, em seu artigo II.2, que os Estados Partes tomarão, se as circunstâncias o exigirem, as medidas especiais e concretas para assegurar a proteção de certos grupos raciais ou de indivíduos pertencentes a estes grupos com o objetivo de **garantir-lhes, em condições de igualdade, o pleno exercício dos direitos e das liberdades fundamentais**.

13. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, por sua vez, prevê que os Estados devem **adotar medidas adequadas, legislativas e de outro caráter, com as sanções cabíveis e que proíbam toda discriminação contra a mulher**.

14. Assim, solicito adoção urgente de providências ou informação sobre providências já adotadas: a) no sentido de garantir a efetiva investigação dos crimes contra Ana Carolina Dartora; b) no sentido da proteção imediata da vereadora eleita, sem prejuízo do exercício de seu mandato, para salvaguardar sua vida, de sua integridade física e também de seus direitos políticos.

Certo do compromisso de Vossa Excelência com os direitos fundamentais,
Atenciosamente,

Deputado Helder Salomão

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

Ofício nº 607/2020-P

Brasília, 15 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Coronel RÔMULO MARINHO SOARES
Secretário de Segurança Pública do Paraná
gabinete@sesp.pr.gov.br

Assunto: solicitação de providências – ameaças contra a vereadora eleita Ana Carolina Dartora

Senhor Secretário de Estado,

1. [Pesquisa conjunta da Terra de Direitos e Justiça Global](#), que mapeou 327 casos ilustrativos de violência política, aponta que entre 01 de janeiro de 2016 a 01 de setembro de 2020, foram registrados 125 assassinatos e atentados, 85 ameaças, 33 agressões, 59 ofensas, 21 invasões e 4 casos de prisão ou tentativa de detenção de agentes políticos, pré-candidatos, candidatos ou eleitos. Atualização da pesquisa realizada após o dia 1 de setembro mostra que somente entre 2 de setembro a 29 de novembro de 2020, ocorreram 109 casos de violência política e eleitoral, sendo 14 assassinatos, 66 atentados e 29 agressões, ameaças e invasões.
2. Ainda de acordo com a pesquisa, houve um aumento dos atos violentos contra a vida nos últimos anos. De 19 assassinatos e atentados mapeados em 2017, passou-se a 32 em 2019. Em 2020, até 29 de novembro, registrou-se um trágico recorde: 107 casos de assassinatos e atentados contra agentes políticos, um número 5 vezes maior do que o quantitativo de 2017. A pesquisa revelou também que a maior incidência de assassinatos e atentados se deu na esfera municipal - 87% dos casos.
3. Especificamente quanto às mulheres negras eleitas ou candidatas em 2020, [pesquisa do Instituto Marielle Franco identificou](#), em levantamento que entrevistou 142 mulheres negras de 21 estados e todas as regiões do Brasil, de 16 partidos, que 80% das candidatas negras sofreram violência virtual, 60% sofreram violência moral ou psicológica e 50% sofreram violência institucional; 18% das entrevistadas recebeu comentários e/ou mensagens racistas em suas redes sociais, por e-mail ou aplicativos de mensagens, entre outros; ainda, 8% foi vítima de ataques com conteúdo racista durante transmissões virtuais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

4. Dentre as entrevistadas que realizaram algum tipo de denúncia, **70% afirmaram que a denúncia não ajudou no encaminhamento da questão** nem trouxe mais segurança para o exercício da sua atividade político-partidária.
5. Em 8 de dezembro de 2020, completaram-se mil dias que a vereadora Marielle Franco (PSOL/RJ) e o motorista Anderson Gomes foram executados a tiros no Rio de Janeiro. Mesmo com uma longa investigação e a prisão de dois suspeitos, a polícia até agora não esclareceu por que houve o crime e quem mandou matar. Enquanto isso, segue a pergunta “Quem mandou matar Marielle”?
6. Para tratar da persistente e crescente violência contra políticas negras, [no dia 10 de dezembro de 2020, Dia Internacional dos Direitos Humanos, esta presidência promoveu reunião](#), a pedido das organizações civis Terra de Direitos, Criola, Justiça Global e Instituto Marielle Franco, da qual participaram as parlamentares Luiza Erundina (PSOL/SP), Benedita da Silva (PR/RJ), Talíria Petrone (PSOL/RJ) e Áurea Carolina (PSOL/MG), e outras entidades da sociedade civil.
7. Participou do encontro Ana Lúcia Martins (PT), de 54 anos, primeira vereadora negra eleita em Joinville, que sofreu ameaças e foi vítima de racismo. Em um dos textos, publicado no Twitter, o internauta escreve: “Agora só falta a gente matar ela e entrar o suplente que é branco (sic)”. Tramita, em relação a essa e outras postagens, o **Inquérito Policial 0650/2020 – 5044387-57.2020.8.24.0038**, na 1ª Vara Criminal da Comarca de Joinville, sobre racismo, ameaça e injúria racial. Já por e-mail, Ana Lucia recebeu o seguinte texto: “Sua aberração. Macaca, cabelo ninho de mafagafos. Enquanto você ganha um salário de vereadora apenas por ser uma macaca, eu estou desempregado e vivendo de auxílio emergencial. Eu juro, mas eu juro, que vou comprar uma pistola 9mm (...) e vou te matar. Já tenho todos os seus dados e vou aparecer aí na sua casa [endereço]. Depois de meter uma bala na sua cabeça e matar qualquer um que estiver junto com você, vou meter uma bala na minha cabeça”. Sobre esse e outros e-mails, tramita o **IP 84.20.00094**, na 1ª Delegacia de Joinville.
8. Também prestou seu depoimento, na ocasião, Ana Carolina Dartora (PT), primeira vereadora negra eleita em Curitiba, relatou ter sofrido ataques racistas e ameaça de morte nas redes digitais. Em 6/12, recebeu e-mail teor semelhante ao recebido por Ana Lucia: “Sua aberração. Macaca fedorenta, cabelo ninho de mafagafos, enquanto você ganha um salário de vereadora apenas por ser uma macaca, eu estou desempregado, minha esposa está com câncer de mama e estamos vivendo de auxílio emergencial. Eu juro que vou comprar uma pistola 9mm (...) e vou te matar. Eu já tenho todos os teus dados, vou aparecer aí na sua casa. Depois meter uma bala na sua cara e matar qualquer um que estiver junto com você, vou meter uma bala na cabeça. (...)”. O agressor também entrou em contato via ligação telefônica. O caso foi registrado mediante o **Boletim de Ocorrência nº 2020/1258134 - NUCEBIR**. Como Ana Carolina manifestou na reunião, “Somos mulheres eleitas e queremos exercer nosso direito. Não quero ser a próxima Marielle, a próxima



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

mártir. Me chamaram de macaca, fedorenta. Não quero sair de Curitiba e me esconder. O mínimo de tranquilidade é o mínimo que o Estado deve nos proporcionar”.

9. Conforme vemos, apesar da repercussão internacional que teve o assassinato de Marielle Franco, a violência contra as mulheres negras cresce à medida em que elas ocupam mais espaços de poder. Tal quadro é tributário do patriarcado, ainda tão presente, e do racismo estrutural embutido na sociedade e nas instituições. Como pontuou a Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL/RJ) na reunião, isso acontece quando mulheres negras ocupam espaços que eram reservados para a elite desde os tempos coloniais.

10. Tal quadro é absolutamente inaceitável do ponto de vista da democracia e dos direitos humanos e **as instituições devem atuar para enfrentá-lo**. É o que dispõem os tratados internacionais.

11. O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos prevê, em seu artigo 25, que todo cidadão terá o direito e a possibilidade, de votar e de ser eleito em eleições periódicas, autênticas, realizadas por sufrágio universal e igualitário e por voto secreto, que garantam a manifestação da vontade dos eleitores. Estabelece, em seu artigo 2.1, **que os Estados Partes do presente pacto se comprometem a respeitar e garantir a todos os indivíduos** que se achem em seu território e que estejam sujeitos a sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer condição.

12. A Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial prevê, em seu artigo II.2, que os Estados Partes tomarão, se as circunstâncias o exigirem, as medidas especiais e concretas para assegurar a proteção de certos grupos raciais ou de indivíduos pertencentes a estes grupos com o objetivo de **garantir-lhes, em condições de igualdade, o pleno exercício dos direitos e das liberdades fundamentais**.

13. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, por sua vez, prevê que os Estados devem **adotar medidas adequadas, legislativas e de outro caráter, com as sanções cabíveis e que proíbam toda discriminação contra a mulher**.

14. Assim, solicito adoção urgente de providências ou informação sobre medidas adotadas: a) no sentido da efetiva investigação dos crimes contra Ana Cartolina Dartora b) no sentido da proteção imediata da vereadora eleita, sem prejuízo do exercício de seu mandato, para salvaguardar sua vida, de sua integridade física e também de seus direitos políticos.

Certo do compromisso de Vossa Excelência com os direitos fundamentais,
Atenciosamente,


Deputado Helder Salomão

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

Ofício nº 608/2020-P

Brasília, 15 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor

GILBERTO GIACOIA

Procurador-Geral de Justiça do Paraná

gabinete@mppr.mp.br

Assunto: solicitação de providências – ameaças contra a vereadora eleita Ana Carolina Dartora

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça,

1. [Pesquisa conjunta da Terra de Direitos e Justiça Global](#), que mapeou 327 casos ilustrativos de violência política, aponta que entre 01 de janeiro de 2016 a 01 de setembro de 2020, foram registrados 125 assassinatos e atentados, 85 ameaças, 33 agressões, 59 ofensas, 21 invasões e 4 casos de prisão ou tentativa de detenção de agentes políticos, pré-candidatos, candidatos ou eleitos. Atualização da pesquisa realizada após o dia 1 de setembro mostra que somente entre 2 de setembro a 29 de novembro de 2020, ocorreram 109 casos de violência política e eleitoral, sendo 14 assassinatos, 66 atentados e 29 agressões, ameaças e invasões.
2. Ainda de acordo com a pesquisa, houve um aumento dos atos violentos contra a vida nos últimos anos. De 19 assassinatos e atentados mapeados em 2017, passou-se a 32 em 2019. Em 2020, até 29 de novembro, registrou-se um trágico recorde: 107 casos de assassinatos e atentados contra agentes políticos, um número 5 vezes maior do que o quantitativo de 2017. A pesquisa revelou também que a maior incidência de assassinatos e atentados se deu na esfera municipal - 87% dos casos.
3. Especificamente quanto às mulheres negras eleitas ou candidatas em 2020, [pesquisa do Instituto Marielle Franco identificou](#), em levantamento que entrevistou 142 mulheres negras de 21 estados e todas as regiões do Brasil, de 16 partidos, que 80% das candidatas negras sofreram violência virtual, 60% sofreram violência moral ou psicológica e 50% sofreram violência institucional; 18% das entrevistadas recebeu comentários e/ou mensagens racistas em suas redes sociais, por e-mail ou aplicativos de mensagens, entre outros; ainda, 8% foi vítima de ataques com conteúdo racista durante transmissões virtuais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

4. Dentre as entrevistadas que realizaram algum tipo de denúncia, **70% afirmaram que a denúncia não ajudou no encaminhamento da questão** nem trouxe mais segurança para o exercício da sua atividade político-partidária.
5. Em 8 de dezembro de 2020, completaram-se mil dias que a vereadora Marielle Franco (PSOL/RJ) e o motorista Anderson Gomes foram executados a tiros no Rio de Janeiro. Mesmo com uma longa investigação e a prisão de dois suspeitos, a polícia até agora não esclareceu por que houve o crime e quem mandou matar. Enquanto isso, segue a pergunta “Quem mandou matar Marielle”?
6. Para tratar da persistente e crescente violência contra políticas negras, [no dia 10 de dezembro de 2020, Dia Internacional dos Direitos Humanos, esta presidência promoveu reunião](#), a pedido das organizações civis Terra de Direitos, Criola, Justiça Global e Instituto Marielle Franco, da qual participaram as parlamentares Luiza Erundina (PSOL/SP), Benedita da Silva (PR/RJ), Talíria Petrone (PSOL/RJ) e Áurea Carolina (PSOL/MG), e outras entidades da sociedade civil.
7. Participou do encontro Ana Lúcia Martins (PT), de 54 anos, primeira vereadora negra eleita em Joinville, que sofreu ameaças e foi vítima de racismo. Em um dos textos, publicado no Twitter, o internauta escreve: “Agora só falta a gente matar ela e entrar o suplente que é branco (sic)”. Tramita, em relação a essa e outras postagens, o **Inquérito Policial 0650/2020 – 5044387-57.2020.8.24.0038**, na 1ª Vara Criminal da Comarca de Joinville, sobre racismo, ameaça e injúria racial. Já por e-mail, Ana Lucia recebeu o seguinte texto: “Sua aberração. Macaca, cabelo ninho de mafagafos. Enquanto você ganha um salário de vereadora apenas por ser uma macaca, eu estou desempregado e vivendo de auxílio emergencial. Eu juro, mas eu juro, que vou comprar uma pistola 9mm (...) e vou te matar. Já tenho todos os seus dados e vou aparecer aí na sua casa [endereço]. Depois de meter uma bala na sua cabeça e matar qualquer um que estiver junto com você, vou meter uma bala na minha cabeça”. Sobre esse e outros e-mails, tramita o **IP 84.20.00094**, na 1ª Delegacia de Joinville.
8. Também prestou seu depoimento, na ocasião, Ana Carolina Dartora (PT), primeira vereadora negra eleita em Curitiba, relatou ter sofrido ataques racistas e ameaça de morte nas redes digitais. Em 6/12, recebeu e-mail teor semelhante ao recebido por Ana Lucia: “Sua aberração. Macaca fedorenta, cabelo ninho de mafagafos, enquanto você ganha um salário de vereadora apenas por ser uma macaca, eu estou desempregado, minha esposa está com câncer de mama e estamos vivendo de auxílio emergencial. Eu juro que vou comprar uma pistola 9mm (...) e vou te matar. Eu já tenho todos os teus dados, vou aparecer aí na sua casa. Depois meter uma bala na sua cara e matar qualquer um que estiver junto com você, vou meter uma bala na cabeça. (...)”. O agressor também entrou em contato via ligação telefônica. O caso foi registrado mediante o **Boletim de Ocorrência nº 2020/1258134 - NUCEBIR**. Como Ana Carolina manifestou na reunião, “Somos mulheres eleitas e queremos exercer nosso direito. Não quero ser a próxima Marielle, a próxima



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

mártir. Me chamaram de macaca, fedorenta. Não quero sair de Curitiba e me esconder. O mínimo de tranquilidade é o mínimo que o Estado deve nos proporcionar”.

9. Conforme vemos, apesar da repercussão internacional que teve o assassinato de Marielle Franco, a violência contra as mulheres negras cresce à medida em que elas ocupam mais espaços de poder. Tal quadro é tributário do patriarcado, ainda tão presente, e do racismo estrutural embutido na sociedade e nas instituições. Como pontuou a Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL/RJ) na reunião, isso acontece quando mulheres negras ocupam espaços que eram reservados para a elite desde os tempos coloniais.

10. Tal quadro é absolutamente inaceitável do ponto de vista da democracia e dos direitos humanos e **as instituições devem atuar para enfrentá-lo**. É o que dispõem os tratados internacionais.

11. O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos prevê, em seu artigo 25, que todo cidadão terá o direito e a possibilidade, de votar e de ser eleito em eleições periódicas, autênticas, realizadas por sufrágio universal e igualitário e por voto secreto, que garantam a manifestação da vontade dos eleitores. Estabelece, em seu artigo 2.1, **que os Estados Partes do presente pacto se comprometem a respeitar e garantir a todos os indivíduos** que se achem em seu território e que estejam sujeitos a sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer condição.

12. A Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial prevê, em seu artigo II.2, que os Estados Partes tomarão, se as circunstâncias o exigirem, as medidas especiais e concretas para assegurar a proteção de certos grupos raciais ou de indivíduos pertencentes a estes grupos com o objetivo de **garantir-lhes, em condições de igualdade, o pleno exercício dos direitos e das liberdades fundamentais**.

13. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, por sua vez, prevê que os Estados devem **adotar medidas adequadas, legislativas e de outro caráter, com as sanções cabíveis e que proíbam toda discriminação contra a mulher**.

14. Assim, solicito adoção urgente de providências ou informação sobre medidas adotadas: a) no sentido da efetiva investigação dos crimes contra Ana Carolina Dartora; b) no sentido da proteção imediata da vereadora eleita, sem prejuízo do exercício de seu mandato, para salvaguardar sua vida, de sua integridade física e também de seus direitos políticos.

Certo do compromisso de Vossa Excelência com os direitos fundamentais,
Atenciosamente,


Deputado Helder Salomão

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

Ofício nº 609/2020-P

Brasília, 15 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Vereador CLÁUDIO ARAGÃO
Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville
claudio.aragao@cvj.sc.gov.br

Assunto: solicitação de providências – ameaças contra a vereadora eleita Ana Lúcia Martins

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. [Pesquisa conjunta da Terra de Direitos e Justiça Global](#), que mapeou 327 casos ilustrativos de violência política, aponta que entre 01 de janeiro de 2016 a 01 de setembro de 2020, foram registrados 125 assassinatos e atentados, 85 ameaças, 33 agressões, 59 ofensas, 21 invasões e 4 casos de prisão ou tentativa de detenção de agentes políticos, pré-candidatos, candidatos ou eleitos. Atualização da pesquisa realizada após o dia 1 de setembro mostra que somente entre 2 de setembro a 29 de novembro de 2020, ocorreram 109 casos de violência política e eleitoral, sendo 14 assassinatos, 66 atentados e 29 agressões, ameaças e invasões.
2. Ainda de acordo com a pesquisa, houve um aumento dos atos violentos contra a vida nos últimos anos. De 19 assassinatos e atentados mapeados em 2017, passou-se a 32 em 2019. Em 2020, até 29 de novembro, registrou-se um trágico recorde: 107 casos de assassinatos e atentados contra agentes políticos, um número 5 vezes maior do que o quantitativo de 2017. A pesquisa revelou também que a maior incidência de assassinatos e atentados se deu na esfera municipal - 87% dos casos.
3. Especificamente quanto às mulheres negras eleitas ou candidatas em 2020, [pesquisa do Instituto Marielle Franco identificou](#), em levantamento que entrevistou 142 mulheres negras de 21 estados e todas as regiões do Brasil, de 16 partidos, que 80% das candidatas negras sofreram violência virtual, 60% sofreram violência moral ou psicológica e 50% sofreram violência institucional; 18% das entrevistadas recebeu comentários e/ou mensagens racistas em suas redes sociais, por e-mail ou aplicativos de mensagens, entre outros; ainda, 8% foi vítima de ataques com conteúdo racista durante transmissões virtuais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

4. Dentre as entrevistadas que realizaram algum tipo de denúncia, **70% afirmaram que a denúncia não ajudou no encaminhamento da questão** nem trouxe mais segurança para o exercício da sua atividade político-partidária.
5. Em 8 de dezembro de 2020, completaram-se mil dias que a vereadora Marielle Franco (PSOL/RJ) e o motorista Anderson Gomes foram executados a tiros no Rio de Janeiro. Mesmo com uma longa investigação e a prisão de dois suspeitos, a polícia até agora não esclareceu por que houve o crime e quem mandou matar. Enquanto isso, segue a pergunta “Quem mandou matar Marielle”?
6. Para tratar da persistente e crescente violência contra políticas negras, [no dia 10 de dezembro de 2020, Dia Internacional dos Direitos Humanos, esta presidência promoveu reunião](#), a pedido das organizações civis Terra de Direitos, Criola, Justiça Global e Instituto Marielle Franco, da qual participaram as parlamentares Luiza Erundina (PSOL/SP), Benedita da Silva (PR/RJ), Talíria Petrone (PSOL/RJ) e Áurea Carolina (PSOL/MG), e outras entidades da sociedade civil.
7. Participou do encontro Ana Lúcia Martins (PT), de 54 anos, primeira vereadora negra eleita em Joinville, que sofreu ameaças e foi vítima de racismo. Em um dos textos, publicado no Twitter, o internauta escreve: “Agora só falta a gente matar ela e entrar o suplente que é branco (sic)”. Tramita, em relação a essa e outras postagens, o **Inquérito Policial 0650/2020 – 5044387-57.2020.8.24.0038**, na 1ª Vara Criminal da Comarca de Joinville, sobre racismo, ameaça e injúria racial. Já por e-mail, Ana Lucia recebeu o seguinte texto: “Sua aberração. Macaca, cabelo ninho de mafagafos. Enquanto você ganha um salário de vereadora apenas por ser uma macaca, eu estou desempregado e vivendo de auxílio emergencial. Eu juro, mas eu juro, que vou comprar uma pistola 9mm (...) e vou te matar. Já tenho todos os seus dados e vou aparecer aí na sua casa [endereço]. Depois de meter uma bala na sua cabeça e matar qualquer um que estiver junto com você, vou meter uma bala na minha cabeça”. Sobre esse e outros e-mails, tramita o **IP 84.20.00094**, na 1ª Delegacia de Joinville.
8. Também prestou seu depoimento, na ocasião, Ana Carolina Dartora (PT), primeira vereadora negra eleita em Curitiba, relatou ter sofrido ataques racistas e ameaça de morte nas redes digitais. Em 6/12, recebeu e-mail teor semelhante ao recebido por Ana Lucia: “Sua aberração. Macaca fedorenta, cabelo ninho de mafagafos, enquanto você ganha um salário de vereadora apenas por ser uma macaca, eu estou desempregado, minha esposa está com câncer de mama e estamos vivendo de auxílio emergencial. Eu juro que vou comprar uma pistola 9mm (...) e vou te matar. Eu já tenho todos os teus dados, vou aparecer aí na sua casa. Depois meter uma bala na sua cara e matar qualquer um que estiver junto com você, vou meter uma bala na cabeça. (...)”. O agressor também entrou em contato via ligação telefônica. O caso foi registrado mediante o **Boletim de Ocorrência nº 2020/1258134 - NUCEBIR**. Como Ana Carolina manifestou na reunião, “Somos mulheres eleitas e queremos exercer nosso direito. Não quero ser a próxima Marielle, a próxima



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

mártir. Me chamaram de macaca, fedorenta. Não quero sair de Curitiba e me esconder. O mínimo de tranquilidade é o mínimo que o Estado deve nos proporcionar”.

9. Conforme vemos, apesar da repercussão internacional que teve o assassinato de Marielle Franco, a violência contra as mulheres negras cresce à medida em que elas ocupam mais espaços de poder. Tal quadro é tributário do patriarcado, ainda tão presente, e do racismo estrutural embutido na sociedade e nas instituições. Como pontuou a Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL/RJ) na reunião, isso acontece quando mulheres negras ocupam espaços que eram reservados para a elite desde os tempos coloniais.

10. Tal quadro é absolutamente inaceitável do ponto de vista da democracia e dos direitos humanos e **as instituições devem atuar para enfrentá-lo**. É o que dispõem os tratados internacionais.

11. O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos prevê, em seu artigo 25, que todo cidadão terá o direito e a possibilidade, de votar e de ser eleito em eleições periódicas, autênticas, realizadas por sufrágio universal e igualitário e por voto secreto, que garantam a manifestação da vontade dos eleitores. Estabelece, em seu artigo 2.1, **que os Estados Partes do presente pacto se comprometem a respeitar e garantir a todos os indivíduos** que se achem em seu território e que estejam sujeitos a sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer condição.

12. A Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial prevê, em seu artigo II.2, que os Estados Partes tomarão, se as circunstâncias o exigirem, as medidas especiais e concretas para assegurar a proteção de certos grupos raciais ou de indivíduos pertencentes a estes grupos com o objetivo de **garantir-lhes, em condições de igualdade, o pleno exercício dos direitos e das liberdades fundamentais**.

13. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, por sua vez, prevê que os Estados devem **adotar medidas adequadas, legislativas e de outro caráter, com as sanções cabíveis e que proíbam toda discriminação contra a mulher**.

14. Assim, solicito adoção urgente de providências ou informação sobre providências já adotadas: a) no sentido de garantir a efetiva investigação dos crimes contra Ana Lucia Martins; b) no sentido da proteção imediata da vereadora eleita, sem prejuízo do exercício de seu mandato, para salvaguardar sua vida, de sua integridade física e também de seus direitos políticos.

Certo do compromisso de Vossa Excelência com os direitos fundamentais,
Atenciosamente,

Deputado Helder Salomão

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

Ofício nº 610/2020-P

Brasília, 15 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
PAULO NORBERTO KOERICH
Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina
direcaogeral@ssp.sc.gov.br

Assunto: solicitação de providências – ameaças contra a vereadora eleita Ana Lucia Martins

Senhor Secretário de Estado,

1. [Pesquisa conjunta da Terra de Direitos e Justiça Global](#), que mapeou 327 casos ilustrativos de violência política, aponta que entre 01 de janeiro de 2016 a 01 de setembro de 2020, foram registrados 125 assassinatos e atentados, 85 ameaças, 33 agressões, 59 ofensas, 21 invasões e 4 casos de prisão ou tentativa de detenção de agentes políticos, pré-candidatos, candidatos ou eleitos. Atualização da pesquisa realizada após o dia 1 de setembro mostra que somente entre 2 de setembro a 29 de novembro de 2020, ocorreram 109 casos de violência política e eleitoral, sendo 14 assassinatos, 66 atentados e 29 agressões, ameaças e invasões.
2. Ainda de acordo com a pesquisa, houve um aumento dos atos violentos contra a vida nos últimos anos. De 19 assassinatos e atentados mapeados em 2017, passou-se a 32 em 2019. Em 2020, até 29 de novembro, registrou-se um trágico recorde: 107 casos de assassinatos e atentados contra agentes políticos, um número 5 vezes maior do que o quantitativo de 2017. A pesquisa revelou também que a maior incidência de assassinatos e atentados se deu na esfera municipal - 87% dos casos.
3. Especificamente quanto às mulheres negras eleitas ou candidatas em 2020, [pesquisa do Instituto Marielle Franco identificou](#), em levantamento que entrevistou 142 mulheres negras de 21 estados e todas as regiões do Brasil, de 16 partidos, que 80% das candidatas negras sofreram violência virtual, 60% sofreram violência moral ou psicológica e 50% sofreram violência institucional; 18% das entrevistadas recebeu comentários e/ou mensagens racistas em suas redes sociais, por e-mail ou aplicativos de mensagens, entre outros; ainda, 8% foi vítima de ataques com conteúdo racista durante transmissões virtuais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

4. Dentre as entrevistadas que realizaram algum tipo de denúncia, **70% afirmaram que a denúncia não ajudou no encaminhamento da questão** nem trouxe mais segurança para o exercício da sua atividade político-partidária.
5. Em 8 de dezembro de 2020, completaram-se mil dias que a vereadora Marielle Franco (PSOL/RJ) e o motorista Anderson Gomes foram executados a tiros no Rio de Janeiro. Mesmo com uma longa investigação e a prisão de dois suspeitos, a polícia até agora não esclareceu por que houve o crime e quem mandou matar. Enquanto isso, segue a pergunta “Quem mandou matar Marielle”?
6. Para tratar da persistente e crescente violência contra políticas negras, [no dia 10 de dezembro de 2020, Dia Internacional dos Direitos Humanos, esta presidência promoveu reunião](#), a pedido das organizações civis Terra de Direitos, Criola, Justiça Global e Instituto Marielle Franco, da qual participaram as parlamentares Luiza Erundina (PSOL/SP), Benedita da Silva (PR/RJ), Talíria Petrone (PSOL/RJ) e Áurea Carolina (PSOL/MG), e outras entidades da sociedade civil.
7. Participou do encontro Ana Lúcia Martins (PT), de 54 anos, primeira vereadora negra eleita em Joinville, que sofreu ameaças e foi vítima de racismo. Em um dos textos, publicado no Twitter, o internauta escreve: “Agora só falta a gente matar ela e entrar o suplente que é branco (sic)”. Tramita, em relação a essa e outras postagens, o **Inquérito Policial 0650/2020 – 5044387-57.2020.8.24.0038**, na 1ª Vara Criminal da Comarca de Joinville, sobre racismo, ameaça e injúria racial. Já por e-mail, Ana Lucia recebeu o seguinte texto: “Sua aberração. Macaca, cabelo ninho de mafagafos. Enquanto você ganha um salário de vereadora apenas por ser uma macaca, eu estou desempregado e vivendo de auxílio emergencial. Eu juro, mas eu juro, que vou comprar uma pistola 9mm (...) e vou te matar. Já tenho todos os seus dados e vou aparecer aí na sua casa [endereço]. Depois de meter uma bala na sua cabeça e matar qualquer um que estiver junto com você, vou meter uma bala na minha cabeça”. Sobre esse e outros e-mails, tramita o **IP 84.20.00094**, na 1ª Delegacia de Joinville.
8. Também prestou seu depoimento, na ocasião, Ana Carolina Dartora (PT), primeira vereadora negra eleita em Curitiba, relatou ter sofrido ataques racistas e ameaça de morte nas redes digitais. Em 6/12, recebeu e-mail teor semelhante ao recebido por Ana Lucia: “Sua aberração. Macaca fedorenta, cabelo ninho de mafagafos, enquanto você ganha um salário de vereadora apenas por ser uma macaca, eu estou desempregado, minha esposa está com câncer de mama e estamos vivendo de auxílio emergencial. Eu juro que vou comprar uma pistola 9mm (...) e vou te matar. Eu já tenho todos os teus dados, vou aparecer aí na sua casa. Depois meter uma bala na sua cara e matar qualquer um que estiver junto com você, vou meter uma bala na cabeça. (...)”. O agressor também entrou em contato via ligação telefônica. O caso foi registrado mediante o **Boletim de Ocorrência nº 2020/1258134 - NUCEBIR**. Como Ana Carolina manifestou na reunião, “Somos mulheres eleitas e queremos exercer nosso direito. Não quero ser a próxima Marielle, a próxima



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

mártir. Me chamaram de macaca, fedorenta. Não quero sair de Curitiba e me esconder. O mínimo de tranquilidade é o mínimo que o Estado deve nos proporcionar”.

9. Conforme vemos, apesar da repercussão internacional que teve o assassinato de Marielle Franco, a violência contra as mulheres negras cresce à medida em que elas ocupam mais espaços de poder. Tal quadro é tributário do patriarcado, ainda tão presente, e do racismo estrutural embutido na sociedade e nas instituições. Como pontuou a Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL/RJ) na reunião, isso acontece quando mulheres negras ocupam espaços que eram reservados para a elite desde os tempos coloniais.

10. Tal quadro é absolutamente inaceitável do ponto de vista da democracia e dos direitos humanos e **as instituições devem atuar para enfrentá-lo**. É o que dispõem os tratados internacionais.

11. O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos prevê, em seu artigo 25, que todo cidadão terá o direito e a possibilidade, de votar e de ser eleito em eleições periódicas, autênticas, realizadas por sufrágio universal e igualitário e por voto secreto, que garantam a manifestação da vontade dos eleitores. Estabelece, em seu artigo 2.1, **que os Estados Partes do presente pacto se comprometem a respeitar e garantir a todos os indivíduos** que se achem em seu território e que estejam sujeitos a sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer condição.

12. A Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial prevê, em seu artigo II.2, que os Estados Partes tomarão, se as circunstâncias o exigirem, as medidas especiais e concretas para assegurar a proteção de certos grupos raciais ou de indivíduos pertencentes a estes grupos com o objetivo de **garantir-lhes, em condições de igualdade, o pleno exercício dos direitos e das liberdades fundamentais**.

13. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, por sua vez, prevê que os Estados devem **adotar medidas adequadas, legislativas e de outro caráter, com as sanções cabíveis e que proibam toda discriminação contra a mulher**.

14. Por meu ofício 566/2020-P, solicitei providências ao Presidente do Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial de Santa Catarina. Em resposta, mediante o ofício SSP 5248/2020, a Secretaria de Segurança Pública informou:

Em relação ao fato noticiado, informa-se que, logo que tomou conhecimento, a Polícia Civil instaurou o Inquérito Policial nº 650/2020, em 16/11/2020, e medidas de cunho investigativo foram iniciadas de imediato, tendo em vista a prioridade dada ao caso, o que culminou com a identificação do responsável pelas postagens em 20/11/2020, verificando-se que se trata de portador de transtorno mental. Informa-se, outrossim, que as investigações prosseguem para verificar a existência de eventuais demais participantes dessa empreitada criminosa. Por fim, salienta-se que foi ofertada à vítima a



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

participação do programa de proteção a vítimas e testemunhas, porém ela recusou. No ensejo, coloque-me à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam pertinentes. (Sem grifo no original)

15. Diante da resposta, ao tempo em que felicito que essa Secretaria tenha o caso como prioritário, registro que o programa de proteção de testemunhas é incompatível com o seguimento da atividade de Ana Lucia Martins. Assim, solicito informações sobre a continuidade das investigações, e peço providências no sentido da proteção imediata da vereadora eleita, sem prejuízo do exercício de seu mandato, para salvaguardar sua vida, de sua integridade física e também de seus direitos políticos.

Certo do compromisso de Vossa Excelência com os direitos fundamentais,
Atenciosamente,

Deputado Helder Salomão

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

Ofício nº 611/2020-P

Brasília, 15 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
FERNANDO DA SILVA COMIN
Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina
pgj@mpsc.mp.br
(48) 3229.9244

Assunto: solicitação de providências – ameaças contra a vereadora eleita Ana Lucia Martins

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça,

1. [Pesquisa conjunta da Terra de Direitos e Justiça Global](#), que mapeou 327 casos ilustrativos de violência política, aponta que entre 01 de janeiro de 2016 a 01 de setembro de 2020, foram registrados 125 assassinatos e atentados, 85 ameaças, 33 agressões, 59 ofensas, 21 invasões e 4 casos de prisão ou tentativa de detenção de agentes políticos, pré-candidatos, candidatos ou eleitos. Atualização da pesquisa realizada após o dia 1 de setembro mostra que somente entre 2 de setembro a 29 de novembro de 2020, ocorreram 109 casos de violência política e eleitoral, sendo 14 assassinatos, 66 atentados e 29 agressões, ameaças e invasões.
2. Ainda de acordo com a pesquisa, houve um aumento dos atos violentos contra a vida nos últimos anos. De 19 assassinatos e atentados mapeados em 2017, passou-se a 32 em 2019. Em 2020, até 29 de novembro, registrou-se um trágico recorde: 107 casos de assassinatos e atentados contra agentes políticos, um número 5 vezes maior do que o quantitativo de 2017. A pesquisa revelou também que a maior incidência de assassinatos e atentados se deu na esfera municipal - 87% dos casos.
3. Especificamente quanto às mulheres negras eleitas ou candidatas em 2020, [pesquisa do Instituto Marielle Franco identificou](#), em levantamento que entrevistou 142 mulheres negras de 21 estados e todas as regiões do Brasil, de 16 partidos, que 80% das candidatas negras sofreram violência virtual, 60% sofreram violência moral ou psicológica e 50% sofreram violência institucional; 18% das entrevistadas recebeu



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

comentários e/ou mensagens racistas em suas redes sociais, por e-mail ou aplicativos de mensagens, entre outros; ainda, 8% foi vítima de ataques com conteúdo racista durante transmissões virtuais.

4. Dentre as entrevistadas que realizaram algum tipo de denúncia, **70% afirmaram que a denúncia não ajudou no encaminhamento da questão** nem trouxe mais segurança para o exercício da sua atividade político-partidária.

5. Em 8 de dezembro de 2020, completaram-se mil dias que a vereadora Marielle Franco (PSOL/RJ) e o motorista Anderson Gomes foram executados a tiros no Rio de Janeiro. Mesmo com uma longa investigação e a prisão de dois suspeitos, a polícia até agora não esclareceu por que houve o crime e quem mandou matar. Enquanto isso, segue a pergunta “Quem mandou matar Marielle”?

6. Para tratar da persistente e crescente violência contra políticas negras, [no dia 10 de dezembro de 2020, Dia Internacional dos Direitos Humanos, esta presidência promoveu reunião](#), a pedido das organizações civis Terra de Direitos, Criola, Justiça Global e Instituto Marielle Franco, da qual participaram as parlamentares Luiza Erundina (PSOL/SP), Benedita da Silva (PR/RJ), Talíria Petrone (PSOL/RJ) e Áurea Carolina (PSOL/MG), e outras entidades da sociedade civil.

7. Participou do encontro Ana Lúcia Martins (PT), de 54 anos, primeira vereadora negra eleita em Joinville, que sofreu ameaças e foi vítima de racismo. Em um dos textos, publicado no Twitter, o internauta escreve: “Agora só falta a gente matar ela e entrar o suplente que é branco (sic)”. Tramita, em relação a essa e outras postagens, o **Inquérito Policial 0650/2020 – 5044387-57.2020.8.24.0038**, na 1ª Vara Criminal da Comarca de Joinville, sobre racismo, ameaça e injúria racial. Já por e-mail, Ana Lucia recebeu o seguinte texto: “Sua aberração. Macaca, cabelo ninho de mafagafos. Enquanto você ganha um salário de vereadora apenas por ser uma macaca, eu estou desempregado e vivendo de auxílio emergencial. Eu juro, mas eu juro, que vou comprar uma pistola 9mm (...) e vou te matar. Já tenho todos os seus dados e vou aparecer aí na sua casa [endereço]. Depois de meter uma bala na sua cabeça e matar qualquer um que estiver junto com você, vou meter uma bala na minha cabeça”. Sobre esse e outros e-mails, tramita o **IP 84.20.00094**, na 1ª Delegacia de Joinville.

8. Também prestou seu depoimento, na ocasião, Ana Carolina Dartora (PT), primeira vereadora negra eleita em Curitiba, relatou ter sofrido ataques racistas e ameaça de morte nas redes digitais. Em 6/12, recebeu e-mail teor semelhante ao recebido por Ana Lucia: “Sua aberração. Macaca fedorenta, cabelo ninho de mafagafos, enquanto você ganha um salário de vereadora apenas por ser uma macaca, eu estou desempregado, minha esposa está com câncer de mama e estamos vivendo de auxílio emergencial. Eu juro que vou comprar uma pistola 9mm (...) e vou te matar. Eu já tenho todos os teus dados, vou aparecer aí na sua casa. Depois meter uma bala na sua cara e matar qualquer um que estiver junto com você, vou meter uma bala na cabeça. (...)”. O agressor também entrou em contato via ligação telefônica. O caso foi registrado mediante o **Boletim de Ocorrência nº 2020/1258134 - NUCEBIR**. Como Ana Carolina manifestou na reunião,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

“Somos mulheres eleitas e queremos exercer nosso direito. Não quero ser a próxima Marielle, a próxima mártir. Me chamaram de macaca, fedorenta. Não quero sair de Curitiba e me esconder. O mínimo de tranquilidade é o mínimo que o Estado deve nos proporcionar”.

9. Conforme vemos, apesar da repercussão internacional que teve o assassinato de Marielle Franco, a violência contra as mulheres negras cresce à medida em que elas ocupam mais espaços de poder. Tal quadro é tributário do patriarcado, ainda tão presente, e do racismo estrutural embutido na sociedade e nas instituições. Como pontuou a Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL/RJ) na reunião, isso acontece quando mulheres negras ocupam espaços que eram reservados para a elite desde os tempos coloniais.

10. Tal quadro é absolutamente inaceitável do ponto de vista da democracia e dos direitos humanos e as **instituições devem atuar para enfrentá-lo**. É o que dispõem os tratados internacionais.

11. O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos prevê, em seu artigo 25, que todo cidadão terá o direito e a possibilidade, de votar e de ser eleito em eleições periódicas, autênticas, realizadas por sufrágio universal e igualitário e por voto secreto, que garantam a manifestação da vontade dos eleitores. Estabelece, em seu artigo 2.1, **que os Estados Partes do presente pacto se comprometem a respeitar e garantir a todos os indivíduos** que se achem em seu território e que estejam sujeitos a sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer condição.

12. A Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial prevê, em seu artigo II.2, que os Estados Partes tomarão, se as circunstâncias o exigirem, as medidas especiais e concretas para assegurar a proteção de certos grupos raciais ou de indivíduos pertencentes a estes grupos com o objetivo de **garantir-lhes, em condições de igualdade, o pleno exercício dos direitos e das liberdades fundamentais**.

13. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, por sua vez, prevê que os Estados devem **adotar medidas adequadas, legislativas e de outro caráter, com as sanções cabíveis e que proíbam toda discriminação contra a mulher**.

14. Por meu ofício 569/2020-P, de 20/11/2020, a Vossa Excelência, solicitei providências investigativas e para proteção de Ana Lucia Martins. Não obtivendo ainda resposta, reitero o pedido de adoção urgente de providências ou informação sobre medidas adotadas: a) no sentido da efetiva investigação dos crimes contra a vereadora eleita; b) no sentido de sua proteção imediata, sem prejuízo do exercício de seu mandato, para salvaguardar sua vida, de sua integridade física e também de seus direitos políticos.

Certo do compromisso de Vossa Excelência com os direitos fundamentais,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Helder Salomão'.

Deputado Helder Salomão

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias